

O ESTADO DE S. PAULO

Diretor: Ruy Mesquita
Diretoria Executiva: Célio V. Santos Filho, Elói Gertel, Sandro Vaia

CLASSIFICADOS POR TELEFONE: 3855-2001
VENDAS DE ASSINATURAS
Capital: 3858-9000
Demais localidades: 0800-14-9000
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LEITOR
3856-5400
falecom@estado.com.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
Capital: 3959-8500 Demais localidades:
0800-14-77-20
www.assinante.estado.com.br
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JORNALISTAS
0800-11-00-94 - www.jornaleiroonline.com.br
CENTRAL DE ATENDIMENTOS ÀS AGENCIAS DE
PUBLICIDADE 3856-2531 - cia@estado.com.br

PREÇOS VENDA AVULSA
SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). DF: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). ES, RS, GO e MT: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 5,80 (domingo). MS: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 4,00 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 4,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,20 (domingo).

Macacos em casa de louça

Sandra Cavalcanti

Para gerar empregos, e num ritmo que se ajuste ao aumento da força de trabalho e diminua as condições estruturais de subemprego, nossa economia precisa crescer. Pelo menos 7% ao ano.

Para sair dos índices fracos atuais, só há um jeito para o Brasil: buscar recursos em economias pujantes. Atrair investimentos oriundos de países cujos habitantes, com folga de dinheiro no fim do mês, aplicam as poupanças em ações, em imóveis, em estudos, em lazer, na aquisição de bens de conforto ou em fundos destinados a garantir-lhes aposentadorias dignas. São esses fundos que, bem dirigidos e bem fiscalizados pelos seus associados, atuam de modo decisivo no seu desenvolvimento.

Para países como o nosso, sem poupança interna, a estratégia para crescer reside em oferecer condições seguras para que as poupanças externas apliquem aqui os seus capitais. Neste século, tudo ficou mais fácil. A instantaneidade das comunicações e as opera-

Corremos o risco de vê-los, de novo, gerenciando a nossa economia...

ções em tempo real transformaram o mundo num grande mercado global. Não há distâncias, não há idiomas, não há fronteiras. No entanto é preciso não ignorar que, apesar de todas estas mudanças, a credibilidade ainda é a mola mestra de todas as relações entre pessoas, instituições, países e continentes. Todo crédito significa uma demonstração de fé e confiança. A poupança externa só virá se houver certeza de investimentos seguros, rentáveis e lucrativos.

Normalmente, ela chega por dois caminhos: ou aplicação em investimentos ou em empréstimos. No primeiro caso, como capital de risco. São investimentos geradores de empregos, produtores de bens, contribuintes da Previdência Social, pagadores de impostos, qualificadores de mão-de-obra e transferidores de tecnologias novas. Sua remuneração decorre da remessa de lucros. No segundo caso, trata-se de capital de especulação financeira. Ele se remunera com o lucro alcançado pelo pagamento de juros. Na maioria das vezes, este tipo de aplicação prefere ter como clientes governos e empresas estatais.

Por muitos anos, os países capitalizados preferiram sistematicamente investir sob a forma de capital de risco. As remessas de lucros remunera-

vam muito mais do que os juros sobre os empréstimos. O capital de risco rendia, em média, bem mais que 11% ao ano, enquanto as taxas de juros dos empréstimos não passavam de 7%.

Mas, no século passado, principalmente após a primeira crise do petróleo, a situação se agravou. Com a segunda crise, então, ficou insuportável. O quadro se inverteu. A rentabilidade da remessa dos lucros caiu, enquanto as taxas de juros subiram como rojões! Para cada US\$ 100 aplicados em capital de risco, os lucros remetidos não chegavam a US\$ 7! Para os mesmos US\$ 100 aplicados em empréstimos, os juros altíssimos davam um retorno de mais de US\$ 15!

País que necessita de capital não pode oferecer riscos. Se isso acontece, os recursos só chegam sob a forma de empréstimos, a juros escorchantes! É do olho desse furacão que o Brasil vem tentando sair.

Desde o governo de Itamar Franco o Brasil vem trabalhando para recuperar a credibilidade perdida. Com enormes sacrifícios e muita seriedade, o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu fazer grandes avanços. Nem mesmo a chegada de Lula ao Planalto teve força para destruir os progressos alcançados.

O povo brasileiro sentiu o gosto de ter uma moeda firme. Viu o combate à inflação dar aumento real ao seu salário. Percebeu a diferença entre viver o sobressalto das remarcações de preços e a estabilidade do custo de vida.

Mesmo tendo atrapalhado todos os esforços iniciais para esta arrancada, o PT, chegando ao governo, não teve como atirar os troféus pela janela. Ao contrário, de forma desleal, espalha que todo o sucesso do Brasil é obra sua. Só que, agora, se ganhar um segundo mandato, promete que a coisa vai mudar! Com o País "arrajadinho" o PT vai impor as suas teorias retrógradas sobre economia.

O susto já se instalou. Surgiram os primeiros efeitos. Investimentos programados para o Brasil já estão sendo redirecionados para outros países em desenvolvimento. Os investidores desconfiam que não serão bem-vindos e que seus interesses e propriedades não estarão garantidos pelas leis e pelo governo. Sabem que são considerados espoliadores que vão pôr nossa soberania em risco.

Francamente, a sobe-

rania de nosso país só corre perigo se a incompetência e a corrupção se derem as mãos e o País for anestesiado por ideologias atrasadas e por incapacidade gerencial. Esse é o risco real que corremos. Não o capital de risco, vindo de fora e aqui aplicado. Não. O risco vai ser abandonarmos a economia de resultados que vem sendo praticada no mundo moderno, retroagindo para uma economia de ideologia.

Queremos empregos para as gerações jovens. Queremos salários dignos. Queremos estabilidade social, oportunidades de estudo, garantia de saúde e fundos de pensão eficientes e atuantes.

Escandaliza ouvir gente dizendo que o capital de risco, que vem de fora, é espoliador! Pode alguém acreditar que, com essa visão, o Brasil vai continuar a merecer crédito internacional? Quem espalha essas bravatas só o faz porque sabe que a maioria de nossa gente não tem condições críticas para analisá-las. O pior, porém, é que esses bravateiros podem ser sinceros. E se forem?

Pobre País! Corremos o risco de ver a economia do Brasil, de novo, gerenciada desastrosamente por macacos em casa de louça... ●

Sandra Cavalcanti, professora, jornalista, foi deputada federal constituinte, secretária de Serviços Sociais no governo Carlos Lacerda, fundou e presidiu o BNH no governo Castelo Branco
E-mail: sandra_c@ig.com.br

Racismo, pobreza e educação

Carlos Alberto Di Franco

Não Somos Racistas (Editora Nova Fronteira, 143 págs., R\$ 22) é o título do recém-lançado livro do jornalista Ali Kamel. A obra é um desabafo que, de algum modo, contribui para reconduzir torrentes de águas turvas ao leito do rio. Trata-se de um esforço, sereno e aberto, de mostrar o outro lado, freqüentemente omitido ou camuflado, da discussão sobre as políticas compensatórias ou "ações afirmativas" para remir a pobreza que, supostamente, castiga a população negra.

Kamel, diretor-executivo de Jornalismo da Rede Globo de Televisão e ex-aluno do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é um intelectual inquieto. Por isso, questiona pretensas unanimidades. Fustigado pela sua intuição de repórter, flagrou um denominador comum nos diversos projetos instituindo cotas raciais: a divisão do Brasil em duas cores, os brancos e os não-brancos, com os não-brancos sendo considerados todos negros. A miscigenação, riqueza maior da nossa cultura, evaporou nos rarefeitos laboratórios dos legisladores. "Certo dia", comenta o jornalista, "caiu a ficha: para as estatísticas, negros eram todos aqueles que não eram brancos..." Pior: uma nação de brancos e negros onde os brancos oprimem os negros. Outro susto: aquele país não era o meu.

Do susto nasceu a reflexão. O desvio começa na década de 1950, pela ação da escola de Florestan Fernandes,

da qual participava Fernando Henrique Cardoso. Para o autor, FHC presidente foi sempre seguidor do jovem sociólogo Fernando Henrique. Convencido de que a razão da desigualdade é o racismo dos brancos, FHC foi, de fato, o grande mentor das políticas de preferência racial. Lula, com sua obsessão populista, embarcou com tudo na canoa das cotas raciais. O Brasil, como todos vivenciamos, nunca foi um país racista. Tem, como é óbvio, pessoas racistas. A cultura nacional, no entanto, sempre foi uma ode à miscigenação. As políticas compensatórias, certamente movidas pela melhor das intenções, produzirão, estou certo, um efeito perverso: despertarão o ódio racial e não conseguirão cauterizar a ferida da desigualdade.

Ali Kamel, ademais de anotar que, segundo o consenso dos geneticistas, "raça é um conceito social, não um conceito científico", bate forte na decisão que dividiu o Brasil em brancos e negros, quando o governo FHC determinou que os documentos oficiais deveriam juntar os pardos, mulatos e pretos sob um só rótulo: negros. Matou-se, por decreto, a realidade da miscigenação. Facilitou-se, falseando a realidade, o argumento de que os negros são 48% da população e 65,8% dos pobres. Errado. Destrinçando as estatísticas, o jornalista mostra que os negros são 6,4% da população (11 milhões); os pardos são 41,7% (76 milhões); e os brancos, 51% (93 milhões). Dos 57 milhões de pobres, 34 milhões são pardos (58,7% do total), 4 milhões são negros (7%) e 19 milhões são brancos (34,2%). Entre os pardos, os pobres são 44,7%; entre os negros, 36,4%; e entre os brancos, 20,4%. Quer dizer: os pardos são mais pobres que os negros. Nada nas estatísticas prova que a desigualdade seja causada por racismo. "Somar pardos e negros", diz o autor, "seria apenas um erro metodológico se não estivesse na base de uma injustiça sem tamanho." Os números relativos aos pardos - porcentualmente, os brasileiros mais pobres - serviram para engordar as estatísticas de pobreza dos negros. Mas, na hora de distribuir os benefícios, boa parte dos pardos (os pardos/brancos) é excluída.

Esgrimindo argumentos convincentes, o jornalista mostra que os desníveis salariais entre brancos e negros não têm fundamento racista: ganham menos sempre os que têm menos escolaridade. "Os mecanismos sociais de exclusão têm como víti-

mas os pobres, sejam brancos, negros, pardos, amarelos ou índios. E o principal mecanismo de reprodução da pobreza é a educação pública de baixa qualidade." Esta é a tese central de Ali Kamel. Só investimentos maciços em educação podem erradicar a pobreza. É preciso fugir da miragem do assistencialismo. "Tire o dinheiro do programa social e o pobre voltará a ser pobre, caso tenha saído da pobreza graças ao assistencialismo. É o pior: num país pobre como o nosso, cada centavo que deixa de ir para a educação contribui para a manutenção dos pobres na vida trágica que levam", adverte o autor.

Numa primeira reflexão, nada mais justo do que dar aos negros a oportunidade de ingressar num curso superior. Mas, quando examinamos o tema com profundidade, vemos que não se trata de uma providência tão justa quanto parece. Ao tentar corrigir a injustiça que, historicamente, marcou milhões de brasileiros, cria-se um universitário de segunda classe, que não terá chegado à uni-

No governo FHC se matou, por decreto, a realidade da miscigenação

versidade por seus méritos. Ademais, ao privilegiar etnias, a lei discrimina outros jovens brasileiros pobres que não se enquadraram no perfil racial artificialmente desenhado pelo legislador. Oculta-se a verdadeira raiz da injustiça: a baixíssima qualidade do ensino. Como sublinha Kamel, "os negros brasileiros não precisam de favor. Precisam apenas de ter acesso a um ensino básico de qualidade, que lhes permita disputar de igual para igual com gente de toda cor". Os orientais, parte diminuta da nossa população, ocupam porcentagem significativa das vagas nas melhores escolas públicas. Por quê? Seus pais e avós, com grande sacrifício, investiram na educação de seus filhos. É uma equação que não tem erro.

Não existia até agora verdadeiro debate a respeito das chamadas "ações afirmativas". Respirava-se um clima de aparente unanimidade. Ali Kamel, exercendo seu direito de cidadão e jornalista, reabre a discussão. É importante, caro leitor. Para você e para mim. Afinal, o que está em jogo é a própria identidade cultural do nosso país. ●

Carlos Alberto Di Franco, diretor do Master em Jornalismo, professor de Ética e doutor em Comunicação pela Universidade de Navarra, é diretor da Di Franco - Consultoria em Estratégia de Mídia.
E-mail: difranco@ceu.org.br

SINAIS PARTICULARES



Felipe Massa, piloto de Fórmula 1

FÓRUM DOS LEITORES

ENDEREÇO: Avenida Eng. Caetano Álvares, 55, 6.º andar, CEP 02598-900

FAX: 011 3856-2920

E-MAIL: forum@estado.com.br

Lamentável interpretação
Preocupam e trazem insegurança ao cidadão as interpretações contidas na matéria *Para juristas, veto só com condenação* (25/8, A9). A partir da Constituição de 1988 ficou uma espécie de pudor antitadura militar, especialmente nos meios jurídicos, que transformou os partidos políticos em entidades acima do bem e do mal. Os partidos devem expressar que o "poder emana do povo e em seu nome será exercido". A questão "sentença transitada em julgado" é discutível. A Carta, no artigo 15, diz: "É vedada a cassação dos direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: (...) V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º", o qual diz que "os atos de improbidade importarão na sus-

penção dos direitos políticos (...) sem prejuízo da ação penal cabível" (grifo nosso). A legislação específica normas mínimas que devem constar nos estatutos dos partidos e estes, uma vez depositados no TSE, são incorporados ao arcabouço jurídico da Nação. Constituem fonte segura para abertura de processos contra dirigentes dos partidos que registrarem candidatos com comportamento ético discutível. Um exemplo: o estatuto do PTB diz no artigo 115: "Aplica-se a medida da expulsão de filiação: (...) III - agir com improbidade no exercício de mandato político, de cargo" (...); V - empregar meios fraudulentos para proveito próprio de (...); VII - solicitar ou receber, para outrem, direta ou indiretamente (...)", e vai por aí. E em todos os estatutos de todos os partidos há

matéria suficiente para não só o TSE negar o registro de candidatos, como também processar os dirigentes dos partidos e os membros de seus conselhos de ética.
ARNALDO VIANNA DE A. MARQUES
didarn@uol.com.br
São Paulo

Eleição duvidosa

Gostaria de saber se realmente existe a possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas. Por exemplo, alterar o sistema para que uma porcentagem de votos nulos vá para determinado candidato. Outra questão é sobre a impossibilidade de recontagem de votos para simples conferência por amostragem ou até mesmo no caso de uma diferença entre o vencedor e o segundo colocado ser infe-

rrior a 1%. Diante de tantas falcatruas que assolam o País, quem nos poderá garantir a segurança e a fidelidade no sistema das urnas eletrônicas? O *Estadão* poderia fazer uma matéria a esse respeito.
JOSÉ CARLOS COSTA
policaio@gmail.com
São Paulo

Que venha a limpeza

Por que será que alguns políticos que deveriam dar todo o apoio a Alckmin estão fazendo exatamente o contrário? Têm o rabo preso e temem pelo que ele possa vir a fazer ou preferem que o País continue nesta sujeira em que está?
MARIA J. PINHEIRO
mariabrasileira@telefonica.com.br
São Paulo

O modo como algumas coligações do PSDB estão tratando Alckmin, com tão pouco-caso, dá a impressão de que estão querendo cristianizar o homem. *Remember 1950!*
SYLVIO RIBEIRO DO VALLE
valle.sr@terra.com.br
Guaxupé (MG)

Ética na política, sempre!

Com muita tristeza li as declarações de Paulo Betti e Wagner Tiso, que acham que política se faz sujando as mãos e a ética deve ser minimizada no exercício do poder. Pessoas com a boa formação que eles têm e com poder de influência por serem figuras públicas deveriam ser mais sensatas e mostrar que a falta de ética deve ser repugnada em qualquer atividade e circunstância - e mais ain-

da na política, pois nela estamos lidando com o dinheiro público. Quando um político se apropria do dinheiro público, essa quantia deixará de ser usada na compra de remédios, no fornecimento de leitos hospitalares, na educação pública, etc. Infelizmente, sempre haverá na classe política pessoas não-éticas, e isso em qualquer lugar do mundo. Mas a diferença é que nas nações socialmente desenvolvidas as pessoas se indignam quando surge um caso de corrupção. E lá também existe uma Justiça que, no mínimo, dificultará que corruptos continuem a agir indevidamente. Não é aceitando a falta de ética que faremos do Brasil um país melhor.
ABELARDO FRAGA JR.
Abelardo@afdatalink.com.br
São Paulo